



Anais da Assembléia

No. 169

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DULIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT = 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Militinho Puppio - Nelson Turek - Valdir Resson; PSDB = 10: Albaner Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB = 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calisto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Passuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB = 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB = 06: Dulio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL = 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Rery Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT = 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Ato da Presidência:

LEI No. 11.571

DATA: 05 de novembro de 1996

SÚMULA: Toma obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do # 7o. do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Art. 1o. - É obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança individualizada e de câmeras de filmagem, gravação e fotografia, nas agências e postos de serviços bancários e em todos os acessos destinados ao público.

1o. - A porta a que refere este artigo, deverá, entre outras, obedecer as seguintes características:

- a) equipada com detetor de metais;
- b) travamento e retorno automático;
- c) abertura ou janela para entrega ao vigilante do metal detectado;
- d) vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis oriundos de arma de fogo, até calibre 45.

2o. - Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para uma ou mais agências ou postos de serviços, por meio de acordo coletivo de trabalho celebrado entre as empresas e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná.

Art. 2o. - O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta lei, ficará sujeito às seguintes penalidade:

I - Advertência: Para a primeira situação, devendo o banco ser notificado, para que efetue a regularização da pendência até 10 (dez) dias úteis;

II - Multa: Será aplicada multa de 10.000 (dez mil) UFIR's por atraso de até trinta dias para a implantação de sistema objeto da presente ou quando não houver a regularização do plano previsto de pendência já punida com advertência, ou em caso de terceira advertência, no período de janeiro a dezembro;

III - Interdição: Dar-se-á a interdição do estabelecimento, após 30 (trinta) dias terminado o prazo, determinado no Artigo 3o. desta, bem como pelo não pagamento de multa legalmente exigível no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após registrada decisão final.

Parágrafo Único - O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, poderá representar junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública, o (os) infrator (es) desta Lei, que em caso do item II fará

encaminhar a infração à receita Estadual que aplicará a sanção correspondente.

Art. 3o. - Os estabelecimentos bancários terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta lei, para instalação dos equipamentos exigidos no Artigo 1o. desta lei.

Art. 4o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.11.96.

**(a) ANIBAL KHURY
Presidente**

2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA

13a. LEGISLATURA

ATA DA 107a. SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1996

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Irineu Colombo e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Belo Richa, Calio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiese, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelino Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Antonio Bellati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO - Procedê à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1o. - Fica revogado, na íntegra, o § 5o. do Artigo 85 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2o. - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(aa) DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

ÂNGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

Apolamento: Marquinhos Alves, Plauto Miró Guimarães, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, João Tecchy, Algacl Túlio, Albanor Gomes, Carlos Simões, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Ricardo Chab, Milinho Puppio, Nereu Moura, Irandi Pugliesi, Eduardo Trevisan, Edson Lino, Edno Guimarães, Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Jocelito Canto, Walmor Trentini, Joel Coimbra.

JUSTIFICATIVA:

A aposentadoria é um dos grandes tormentos para a maioria dos brasileiros. Todavia, assim não é para alguns poucos privilegiados, como o caso dos ex-Governadores paranaenses. Dos últimos só Álvaro Dias e Roberto Requão não recebem. Os outros, cada um dos onze ex-chefes de Estado do Paraná, percebe, mensalmente, proventos de R\$ 7.600,01 (sete mil seiscentos reais e um centavo). Igual valor recebem as viúvas dos ex-Governadores, a título de pensão vitalícia.

Mesmo sem considerar o acúmulo de aposentadorias, isto é, fora proventos advindos como chefe do Executivo, pode haver outras aposentadorias, decorrentes de outras funções públicas. De antemão se percebe que a referida quantia é bem maior que os R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais recebidos por ex-Parlamentares (alguns inclusive, novamente na ativa) no Congresso Nacional, após 8 (oito) anos de contribuição ao Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e que têm provocado tanto escândalo na imprensa nacional.

A indignação é justificável: pois como alguém, em sã consciência pode admitir, que num País terceiomundista, com grandes déficits econômico-financeiros e enormes carências sociais, possa a sua população ativa, cuja maioria tenta sobreviver com 1 (um) a 4 (quatro) salários mínimos, pagar a conta para a minoria privilegiada. Além de ser um contraste imenso, com os demais aposentados brasileiros, cuja

grande parte percebe, em média, R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por mês, após a labuta de dezenas de anos, em tensas condições; nunca sonegando imposto, pois descontado direto em seu contracheque, e ao final, ainda, têm que enfrentar filas e filas para obter o provento.

Há que se ter em mente que a idéia da aposentadoria nasceu no século passado com a finalidade de amparar a velhice, quando a idade ou invalidez não mais permitir a produção do próprio sustento.

Assim, com o objetivo de não remunerar privilégios, apresentamos a presente emenda constitucional. Cumpre notar que esta não é a primeira vez que se tenta terminar com aposentadoria de ex-Governadores. Em 1987, ela foi extinta por emenda constitucional elaborada e aprovada por esta Assembleia Legislativa. Todavia, a Constituição Estadual de 1989, em vigor, a ressuscitou.

Portanto, nada mais justo, adequado, jurídica e politicamente correto, nesse momento de reforma previdenciária nacional, propiciamos a moralização da Administração Pública, em favor do próprio erário e da população, através da extinção da aposentadoria de ex-Governadores.

Nesse sentido não será novidade ao Legislativo paranaense extinguir privilégios, pois o mesmo já deu exemplo, na ocasião citada (1987), e mais recentemente, em 1990, quando acabou com o FEPPA - Fundo Estadual de Previdência Parlamentar. Logo, tem moral para moralizar. Basta agora, esta legislatura, também ter vontade política.

Ofício:

GABINETE DA LIDERANÇA DO PPB PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Curitiba, 12.11.96.

Senhor Presidente.

De conformidade com decisão tomada pela unanimidade dos Deputados Estaduais do nosso Partido, comunico a Vossa Excelência e à Mesa Executiva desta Casa, bem como aos meus nobres Pares, que estou assumindo nesta data a LIDERANÇA da Bancada do PPB - Partido Progressista Brasileiro, para os fins que determina o Regimento Interno desta Casa.

Sendo o que apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar os protestos de elevada estima e distinta consideração

Atenciosamente

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI
Líder do PPB

Requerimentos:

REQUERIMENTO No. 1394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei no. 445/96, de autoria deste Deputado, que altera a redação do Artigo 1o. da Lei no. 11.027, de 29.12.96, nele incluindo o Município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO No. 1410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência aos Projetos de Lei nos. 481/96 e 487/96, ambos do Tribunal de Justiça (Quadro de Servidores do Poder Judiciário).

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO No. 1414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei no. 495/96, relativo à Mensagem no. 93/96 (autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e/ou prestar aval ou garantia junto à FINEP até o montante de R\$ 1.500.000,00 para execução dos programas de projeto final de engenharia rodoviária), de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO No. 1415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a preferência para discussão e votação do SUBSTITUTIVO GERAL do Projeto de Lei no. 446/96, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO No. 1398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4o. do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2a. Discussão, constantes da Ordem do Dia, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO No. 1390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de nossas atribuições regimentais, solicita dez minutos do Grande Expediente do dia 19.11.96, para uso da palavra pelo SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TOLEDO.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO No. 1420

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO No. 1416

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo o presente Requerimento subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, REQUER Sessão Solene no dia 18 do corrente, às 18:00 horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, à dupla sertaneja ZEZE DI CAMARGO E LUCIANO, conforme Lei no. 11.381, de 21 de maio do corrente ano.

Certo de vermos nossa solicitação mais uma vez atendida por Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO No. 1424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja designada a data de 10 de dezembro de 1996, às 17:00 horas, para a realização de uma Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor ANDRÉ ZACHAROW, no Plenário do Palácio Dezenove de Dezembro, cuja proposição de sua autoria foi aprovada nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO No. 1392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que solicite ao Poder Executivo, o cumprimento imediato do Art. 133, parágrafo 4o., da Constituição do Estado do Paraná, publicando em Diário Oficial do Estado o relatório resumido da execução dos bimestres de 1996, não divulgados.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO No. 1396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da presente sessão, votos de pesar a família de ANTONIO CORREA, servidor público estadual da Secretaria de Estado dos Transportes, falecido em acidente automobilístico, no dia 11 de novembro de 1996.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO No. 1403

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado à família enlutado e inserido na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor UBIRAJARA FERNANDES DA SILVA.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Ex-Procurador do Estado e ex-Juiz do Tribunal de Pequenas Causas, UBIRAJARA FERNANDES DA SILVA foi uma das personalidades mais expressivas do futebol paranaense. Verdadeiro "craque", defendeu o Palestra Itália e depois o Atlético.

Foi dirigente da Federação Paranaense de Futebol e também do Palestra Itália. Por diversas vezes dirigiu o Tribunal de Justiça Desportiva, do qual foi membro até a data do seu falecimento, aos 67 anos.

O seu passamento entristece sobremaneira a sociedade curitibana, sobretudo aqueles que tiveram o prazer de privar da sua amizade.

Que o presente requerimento enseje os respeitosos cumprimentos deste Poder Legislativo à família enlutada e uma última homenagem ao doutor UBIRAJARA FERNANDES DA SILVA, registrando o seu exemplo de vida às futuras gerações.

REQUERIMENTO No. 1425

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM o envio de votos de pesar à família Campos, domiciliada no Município de Fazenda Rio Grande, pelo falecimento do Senhor ALMERI CAMPOS, proprietário do Supermercado Celeiro, em acidente automobilístico, no dia de ontem.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO

ORLANDO PESSUTI

LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1378-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao Município de Santo Inácio, que no próximo dia 14 deste mês estará comemorando o seu 45o. aniversário de emancipação política.

Requer-se outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A população de Santo Inácio se prepara para comemorar, no próximo dia 14 do mês em curso, a passagem do 45o. aniversário de emancipação política do município.

A antiga Colônia Zacarias de Góes, elevada à categoria de Distrito em 1948, quando passou a denominar-se Distrito da Redução de Santo Inácio, chegou à condição de Município no ano de 1951, graças à Lei no. 790, de 14 de novembro, quando passou a denominar-se apenas por Santo Inácio.

O município foi instalado um ano depois.

Hoje, Santo Inácio é uma das mais progressistas cidades da região, motivo de orgulho para seu povo.

REQUERIMENTO No. 1379-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações com o Município de Atalaia, pelo transcurso no próximo dia 15 de novembro, do seu 35o. aniversário de instalação.

Requer-se outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Atalaia foi desmembrado de Nova Esperança no ano de 1960, quando através da Lei Estadual sob no. 4245, de 25 de julho de 1960, foi elevado à categoria de município.

No entanto a instalação oficial do município só veio ocorrer em 15 de novembro de 1961.

Agora, são decorridos 35 anos da instalação oficial, fato que motiva a comemoração de sua população.

Nesta ocasião nos associamos às autoridades e ao povo de Atalaia, pela importante data.

REQUERIMENTO No. 1380-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata de Trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações com o Município de INAJÁ, pelo transcurso do 35o. aniversário de sua instalação oficial.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Elevado à categoria de Município em 25 de janeiro de 1961, conforme Lei Estadual no. 4.338, Inajá teve sua instalação oficial na condição de Município em 15 de novembro de 1961.

Graças à sua dedicação e ao trabalho contínuo de sua população, Inajá conseguiu destacar-se dentre as cidades mais prósperas de sua região.

Quando festeja esse importante acontecimento, faz justiça esta Casa de Lei em prestar esta homenagem à toda população e autoridades de Inajá.

REQUERIMENTO No. 1381-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça inserir na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações com o Município de UNIFLOR, que estará comemorando no próximo dia 15 de novembro, o seu 35o. aniversário de instalação oficial do município.

Da decisão desta Casa requer-se seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Uniflor estará comemorando no próximo dia 15 de novembro, o 35o. aniversário de sua instalação oficial como município.

A elevação de Uniflor à categoria de município, ocorreu em 25 de janeiro de 1961, através da Lei Estadual sob no. 4.338.

Uniflor desponta hoje como uma das cidades de maior progresso na sua região, graças ao trabalho incansável de sua gente.

Pelo importante acontecimento, desejamos parabenizar as autoridades e toda população desse progressista município.

REQUERIMENTO No. 1387-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações pela fundação e lançamento do jornal "O PARANAZÃO", nas pessoas de seu Diretor e Editor, jornalistas Ademir Brito dos Santos e Maurino de Souza, respectivamente, com endereço à Rua Monjoll, 485, sala 09, Fone/fax (044) 642-3065, CEP 85980-000 - Guaíra - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) DULIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Sempre respaldado por sua extraordinária credibilidade na opinião pública e reconhecido por sua capacidade e entusiasmo com que se dedica e contribui para o aprimoramento social, bem-estar do cidadão e em defesa do desenvolvimento das regiões Oeste e Noroeste, o jornalista Ademir Brito dos Santos, juntamente com Maurino de Souza, lançam o jornal "O PARANAZÃO" na Cidade de Guaíra, extremo oeste do Estado.

Os votos de congratulações da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO No. 1402

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo, voto de congratulações pela passagem do DIA MUNDIAL DO RADIOAMADOR.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 5 comemorou-se o Dia Mundial do Radioamador.

Dono de uma solidariedade rara que se espalha pelo mundo e atinge todos os segmentos da sociedade, o radioamador é um ser comum, com qualidade bem especial: a vontade de alcançar o mundo, informar-se sobre o que acontece nele, de forma instantânea.

À noite, driblando o sono, sai lá fora, ajusta as antenas e respira fundo. Iluminado pelas estrelas, faz contatos, ora como navegador solitário, ora como membro de uma numerosa cadeia.

De qualquer forma, o mundo fica pequeno para o radioamador, porque no seu ideal de comunicação permanente, leva e traz mensagens, adquire medicamentos, transmite solicitações de todos os tipos, numa elogiável fraternidade.

Inúmeras vidas foram salvas através de mensagens captadas ou transmitidas por radioamadores. Uma atividade de verdadeira utilidade pública.

Que o presente Requerimento enseje os sinceros votos deste Poder a todos os radioamadores, pela valiosa contribuição que têm

dado à ampliação das comunicações em todo o planeta.

REQUERIMENTO No. 1411

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, REQUER votos de congratulações pelos 20 anos de fundação do jornal "Indústria & Comércio", empresa de comunicação paranaense que destaca-se pela importância e inteligência de suas notícias.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada ao Diretor do referido jornal, Senhor Odone Fortes Martins, endereço: Comendador Araújo, 125, CEP 80420-000 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO No. 1413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a nova Diretoria eleita do Sindicato do Comércio Varejista de Ivaiporã, alusivos à sua eleição no último dia 09 de novembro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato, Senhor Luiz Carlos Favarin, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Paraná, 116 - 10. andar - Sala 7 - CEP 86870-000 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO No. 1388

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Deputado Federal JOSÉ GENOÍNO, parabenizando o mesmo pelo parecer exarado à Proposta de Emenda à Constituição no. 263/95, que altera dispositivos constitucionais extinguindo os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, transferindo suas atribuições para Comissões nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

A cópia do parecer do Deputado José Genoíno segue apenas, para a consideração dos nobres Pares.

É fato constatado nacionalmente que, da forma como funcionam atualmente, os Tribunais de Contas são órgãos políticos cujas atividades fiscalizadoras deixam a desejar. Enfatiza o Deputado José Genoíno que "de certo modo, a mudança fortalece, ou melhor, torna mais direta a

ação fiscalizadora precípua do Poder Legislativo, e, assim, reforça a separação dos Poderes, que estaria até ameaçada pela falta de autonomia, pela omissão e pelo comprometimento dos tribunais e conselhos de contas, incumbidos de se manifestarem sobre as contas dos Executivos."

Espera-se que agora esse processo seja submetido a exame de mérito, haja vista que a respectiva tramitação foi deferida pelo exame de ordem constitucional, culminando com a reformulação da fiscalização exercida pelo Poder Legislativo.

Apesar da maioria dos Legislativos sempre oporem poucos trabalhos de efetiva fiscalização ao Poder Executivo, pelo menos, em tese, essa reformulação representará economia para os cofres públicos.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO No. 1418

Senhor Presidente.

REQUER que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, hipotecando todo apoio, solidariedade e o mais alto agradecimento pela brilhante iniciativa de incentivo à instalação de indústrias no Estado do Paraná, como os casos concretos da "Renault" e "Chrysler", além de outras que por certo virão.

Requer ainda sejam oficiados os Excelentíssimos Presidentes das seguintes entidades: Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Associação Comercial do Paraná, Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Estado, Federação da Agricultura do Paraná, Federação das Empresas de Transporte de Carga, Federação do Comércio do Paraná e Federação do Comércio Varejista do Estado; entidades estas que representam quase que a totalidade do empresariado paranaense, em agradecimento, em nome desta Casa, pelo manifesto de apoio à política de vanguarda desenvolvida pelo Governo do Estado do Paraná para essa área.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento de todos, vinham surgindo na imprensa nacional, algumas críticas à atuação do Governo do Estado do Paraná na área de incentivo à instalação de indústrias. Por oportuno cabe salientar que tais críticas são oriundas especificamente pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e tem caráter mais "choroso" do que propriamente fundamento de argumentação.

O compromisso número um do Governador Jaime Lerner tem sido, e será sempre, com o povo do Estado do Paraná. Por razões inúmeras, nosso Estado, como a maioria dos Estados da Federação, sempre foi ignorado diante de uma perspectiva de mão-de-obra, enfim, inúmeros

benefícios eternamente sonhados, acalentados e esperados por este povo ordeiro e trabalhador.

É, portanto, de extrema importância que neste momento, assim como fizeram todas as entidades empresariais, todos nós que formamos os mais diferentes segmentos da sociedade paranaense, empunhemos a bandeira do nosso Estado, das nossas autoridades, do Governador Jaime Lerner, que está realizando a maior transformação que no nosso Estado já há muitos anos aguardava.

REQUERIMENTO No. 1382-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER o encaminhamento de solicitação oficial ao Senhor Presidente da SANEPAR, objetivando a inclusão no Plano de Metas relativo ao exercício de 1997, de recursos a serem destinados à implantação da rede de esgoto do Maringá Velho e do Conjunto Santa Felicidade, em Maringá.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) JOEL COMBRA

JUSTIFICATIVA:

O Maringá Velho é um bairro pioneiro de Maringá, todavia até agora não conta com rede de esgoto, apesar de inúmeras solicitações e promessas feitas.

No Conjunto Santa Felicidade o esgoto é imprescindível, porque a área não possui calçamento suficiente para fossas.

REQUERIMENTO No. 1383-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de resolver o problema que vem acarretando um mau cheiro insuportável nas bocas-de-lobo localizadas nas esquinas da Rua Romeu Pires com José Linhares e das Ruas Romeu Pires com Gaspar Dutra.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais estão passando muitos transtornos devido o problema citado.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1384-A

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Kuississama - São José dos Pinhais, os quais solicitam a passagem de carteiro no local, uma vez que há várias ruas que não dispõem desse benefício e ficam sem

receber suas correspondências, causando-lhes muitos transtornos.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1385-A

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de solicitar providências quanto a denominação oficial das vias públicas do Jardim Tatiana.

O pedido está sendo feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, uma vez que, através deste gabinete parlamentar, moradores do Jardim Tatiana solicitaram a implantação da entrega de correspondências em suas residências e devido as ruas estarem fechadas e muitas delas não possuírem placas de identificação e de numeração, o mesmo não pôde, infelizmente, incluir o local no roteiro de distribuição das correspondências.

Solicitamos, desta forma, que o presente seja atendido o mais breve possível, a fim de beneficiar toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1386-A

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus São Jorge, os quais solicitam que a linha seja estendida até a Av. São Jorge, proximidades da Rodovia dos Minérios.

Solicitam ainda que seja implantado o horário das 23:20 horas, que em muito beneficiará os estudantes na volta das aulas.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Superintendência do Instituto de Previdência do Estado - IPE, solicitando a adoção de uma política de atendimento especial, com prestação de serviço 24 horas e durante o final de semana.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja comunicado o Superintendente do IPE, André Zacherow.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários do Estado que contribuem compulsoriamente para o Instituto de Previdência do Estado - IPE, estão reivindicando o implantação de um sistema de atendimento especial. Apesar de toda a estrutura mantida pela entidade, os usuários do IPE ficam sem atendimento médico durante a noite e nos finais de semana.

Através da Associação dos Servidores do Instituto de Ação Social do Paraná, os contribuintes da Previdência do Estado estão reivindicando a implantação de sistema de plantão, fazendo justiça para aqueles que mensalmente têm uma parcela de seu salário descontado em prol do IPE.

REQUERIMENTO No. 1395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos funcionários da Caixa Econômica, Agência de Campo Mourão, parabenizando pela ajuda na construção e no evento de inauguração do Centro de Apoio à Criança e Adolescente "A Mão Cooperadora".

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se faz necessário devido a brilhante ajuda fornecida pelos funcionários da Caixa Econômica Federal do Município de Campo Mourão, na construção do Centro de Apoio à Criança e Adolescente "A Mão Cooperadora", bem como o evento de inauguração do mesmo, ocorrido no dia 10 do corrente.

É importante salientar que a criança e o adolescente carente possuem uma grande dificuldade de ser aceito dentro de uma sociedade, e estes funcionários com espírito de luta, cooperação e acima de tudo solidariedade, conseguiram amenizar um pouco o sofrimento de alguns, e isso com certeza está sendo reconhecido por todos os munícipes.

Pelo exposto, conclamo o aval dos nobres Pares.

REQUERIMENTO No. 1404

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de determinar policiamento ostensivo na saída dos alunos, no período diurno e noturno, em frente e

nas proximidades da Escola Estadual Paulina Pacifico Borsari, no bairro Guabirubá.

As brigas entre "gangs" são constantes, o assédio por parte dos traficantes é muito grande, deixando os pais preocupados com a situação.

O presente pedido está sendo feito pelos pais de alunos, os quais solicitam providências urgentes, a fim de coibir estes acontecimentos.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1405

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de implantar rede de iluminação pública na BR-116, no trecho do Atuba até o Hospital Erasto Gaertner, no bairro Jardim das Américas.

Este trecho tem muito movimento e à noite é muito escuro, causando muitos problemas para quem necessita nele trafegar.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1406

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de tomar providências quanto ao esgoto da Rua Antonio Rodrigues Dias - antiga Travessa Bonfim - o qual corre à céu aberto, ficando depositado no meio da rua. O mau cheiro é insuportável, e há perigo de contração de doenças.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, uma vez que toda a comunidade está sendo prejudicada com esse problema.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1407

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Duílio Calderari, situado na Av. Anita Garibaldi - Ahú, os quais solicitam a presença de um policial de trânsito a fim de controlar a entrada e saída dos alunos das aulas. O cruzamento é muito perigoso e não oferece segurança nenhuma para as crianças.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários do Estado que contribuem compulsoriamente para o Instituto de Previdência do Estado - IPE, estão reivindicando o implantação de um sistema de atendimento especial. Apesar de toda a estrutura mantida pela entidade, os usuários do IPE ficam sem atendimento médico durante a noite e nos finais de semana.

Através da Associação dos Servidores do Instituto de Ação Social do Paraná, os contribuintes da Previdência do Estado estão reivindicando a implantação de sistema de plantão, fazendo justiça para aqueles que mensalmente têm uma parcela de seu salário descontado em prol do IPE.

REQUERIMENTO No. 1395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos funcionários da Caixa Econômica, Agência de Campo Mourão, parabenizando pela ajuda na construção e no evento de inauguração do Centro de Apoio à Criança e Adolescente "A Mão Cooperadora".

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se faz necessário devido a brilhante ajuda fornecida pelos funcionários da Caixa Econômica Federal do Município de Campo Mourão, na construção do Centro de Apoio à Criança e Adolescente "A Mão Cooperadora", bem como o evento de inauguração do mesmo, ocorrido no dia 10 do corrente.

É importante salientar que a criança e o adolescente carente possuem uma grande dificuldade de ser aceito dentro de uma sociedade, e estes funcionários com espírito de luta, cooperação e acima de tudo solidariedade, conseguiram amenizar um pouco o sofrimento de alguns, e isso com certeza está sendo reconhecido por todos os munícipes.

Pelo exposto, conclamo o aval dos nobres Pares.

REQUERIMENTO No. 1404

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de determinar policiamento ostensivo na saída dos alunos, no período diurno e noturno, em frente e

nas proximidades da Escola Estadual Paulina Pacífico Borsari, no bairro Guabirota.

As brigas entre "gangs" são constantes, o assédio por parte dos traficantes é muito grande, deixando os pais preocupados com a situação.

O presente pedido está sendo feito pelos pais de alunos, os quais solicitam providências urgentes, a fim de colir estes acontecimentos.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1405

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de implantar rede de iluminação pública na BR-116, no trecho do Atuba até o Hospital Erasto Gaertner, no bairro Jardim das Américas.

Este trecho tem muito movimento e à noite é muito escuro, causando muitos problemas para quem necessita nele trafegar.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1406

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de tomar providências quanto ao esgoto da Rua Antonio Rodrigues Dias - antiga Travessa Bonfim - o qual corre à céu aberto, ficando depositado no meio da rua. O mau cheiro é insuportável, e há perigo de contração de doenças.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, uma vez que toda a comunidade está sendo prejudicada com esse problema.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1407

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Duílio Calderari, situado na Av. Anita Garibaldi - Ahú, os quais solicitam a presença de um policial de trânsito a fim de controlar a entrada e saída dos alunos das aulas. O cruzamento é muito perigoso e não oferece segurança nenhuma para as crianças.

Pedem os pais que o pedido seja atendido o mais breve possível, procurando-se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1408

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de determinar policiamento na Rua Holanda, proximidades da Pedreira Paulo Leminski, principalmente nos dias em que há show.

Na saída, os frequentadores dos espetáculos promovem algazarras, jogam pedras nas casas, causando uma série de prejuízos aos moradores.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1409

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Mariana, os quais solicitam que o caminhão de lixo passe nas ruas desta Vila, uma vez que há mais de 30 (trinta) dias que o lixo não é recolhido, causando um mau-cheiro insuportável e proliferação de animais nocivos à saúde.

A situação é crítica e necessita de providências urgentes.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1417

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio Mello, solicitando seja revista a Resolução no. 19.432 de 06.02.96, no sentido de que sejam liberadas informações do Cadastro Eleitoral, para as autoridades competentes, em procedimentos que visam a localização de pessoas desaparecidas.

Tal solicitação visa solucionar um obstáculo intransponível que é a falta de dados concretos para localização de pessoas desaparecidas.

Contando com o apoio dos nobres Pares ao solicitado.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO No. 1442

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, Nelson Azevedo Jobim, indicando o nome do ilustre jurista e professor paranaense, Dr. LUIZ REGIS PRADO, para ocupar vaga no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão pertencente ao Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO No. 1391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor ARMANDO MARTINHO BARDOU RAGGIO, Secretário de Estado da Saúde, solicitando esclarecimentos.

1. De acordo com o disposto no artigo 7o., parágrafo 1o. da Lei no. 11.189/95, o Conselho Estadual de Saúde já constitui a Comissão de Saúde Mental?

1.1. Se sim, quem são os seus membros?

1.2. Se não, porque?

2. De acordo com o disposto no artigo 7o., parágrafo 2o. da Lei no. 11.189/95, a SESA já apresentou ao Conselho Estadual de Saúde o planejamento e cronograma de implantação dos novos recursos técnicos de atendimento?

2.1. Se sim, solicito cópia de que foi enviado e cópia do aprovado.

2.2. Se não, porque?

3. Porque a SESA não propõe a doação de recursos novos orçamentários para o atendimento em saúde mental, no orçamento de 1997?

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO No. 1393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Domingos Tarço Murta Ramalho, mui digno Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando informações sobre o possível fechamento do Posto Avançado do Banco Del Paraná, no Município de Naranjal, Paraguai.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Posto Avançado do Banco Del Paraná, instalado no Município de Naranjal, Paraguai, é de suma importância para o desenvolvimento daquela comunidade, composta por cerca de 20.000 habitantes, sendo na sua maioria brasileiros.

No mês de junho, atendendo solicitação de lideranças daquela cidade, encaminhamos pedido ao BANESTADO, solicitando a sua permanência em funcionamento, uma vez que havia comentários sobre o seu fechamento.

Recebemos daquela instituição, em resposta, expediente comunicando que em face das restrições impostas pelo atual momento econômico vivido no Brasil e também no Paraguai, o BANESTADO estaria readequando a sua rede de pontos de atendimento com vistas a adaptar-se à nova realidade, afirmando ainda que estudos elaborados apontavam para a necessidade de encerramento do referido Posto, a partir de 01.07.96.

Diante do exposto, e tendo chegado ao nosso conhecimento, através de moradores daquele município, de que o Posto em apreço permanece em funcionamento, gostaríamos de obter do BANESTADO, informações a propósito do assunto, especialmente se houve alteração na decisão do Banco quanto ao seu fechamento.

REQUERIMENTO No. 1419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente, solicitando informações sobre convênio dessa Secretaria com o IBAMA, referente ao Parque Nacional do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Como membro titular da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e representante político de diversos município limítrofes do Parque Nacional do Iguaçu, solicito as informações sobre o convênio descrito acima, pois a ecologia e a preservação ambiental são preocupações constantes desse Parlamentar.

REQUERIMENTO No. 1426

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Marcos Isfer, digníssimo Diretor Geral do DETRAN, solicitando as seguintes informações:

1. Qual o critério utilizado pelo DETRAN para liberação de credenciamento para auto-escolas?
2. Quantas auto-escolas credenciadas existem hoje em Curitiba e Região Metropolitana?
3. Quantas auto-escolas foram abertas nos últimos 12 meses?
4. Quantas auto-escolas credenciadas existem hoje no Estado do Paraná?

5. Quantos novos motoristas foram habilitados pelo DETRAN através das auto-escolas nos últimos 24 meses?

O assunto aqui abordado é de suma importância, face ao crescente aumento do número de acidentes automobilísticos ocorridos nas cidades e estradas paranaenses nos últimos tempos, gerando um número assustador de pessoas aleijadas ou mortas.

Contando com o apoio dos nobres Pares ao solicitado.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) RICARDO CHAB

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI No. 498/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Juarez Martins Filho, com sede e foro no Município de Clevelândia.

Art. 2o. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Juarez Martins Filho é uma instituição que tem por finalidade assistir ao menor carente, auxiliando-os em seu desenvolvimento afetivo e psicomotor e concorrendo para a maior eficiência de seu processo educativo.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI No. 499/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Antonio Iglésias - Ensino de 1o. e 2o. Graus de Ibiporá, Estado do Paraná.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3o. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Antonio Iglésias, existe em função das necessidades da comunidade escolar, principalmente da parcela mais carente.

Como bem esclarece o Relatório das Atividades, as ações desenvolvidas pela APM estão voltadas à soluções de problemas cotidianos da escola e, além dos recursos arrecadados com promoções junto à comunidade local, há que se ressaltar que a APM necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da Lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI No. 500/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 10. - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Machado de Assis, com sede à Rua Rio de Janeiro, 411, na Cidade de Sertãoópolis, Estado do Paraná.

Art. 20. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Machado de Assis, existe em função das necessidades da comunidade escolar, principalmente da parcela mais carente.

Como bem esclarece o Relatório das Atividades, as ações desenvolvidas pela APM estão voltadas à soluções de problemas cotidianos da escola e, além dos recursos arrecadados com promoções junto à comunidade local, há que se ressaltar que a APM necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da Lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI No. 501/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 10. - Caberá, obrigatoriamente e com exclusividade, à Polícia Militar do Paraná promover e manter a segurança interna e externa dos prédios públicos e os demais que estejam abrigando atividades públicas estaduais.

Parágrafo Único - Fica vedada a contratação, a qualquer título, de serviços de

terceiros, para a execução de trabalhos de segurança.

Art. 20. - Obrigatoriamente, da rubrica orçamentária - serviços gerais - de cada unidade que componha a ocupação de um prédio público ou alugado, será destacado um percentual máximo de 1 (um) por cento que serão destinados à Polícia Militar na manutenção de seus efetivos.

Art. 30. - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Não se pode conceber que a atividade da Polícia Militar possa ser substituída por empresas privadas de segurança, quando a finalidade precípua de nossas polícias é a manutenção da ordem pública e a preservação do patrimônio comum.

A desculpa da necessidade do aumento de efetivo acarretará a despesa com pessoal, será suprida com o deslocamento das verbas de serviços gerais das unidades atendidas para a manutenção do serviço.

PROJETO DE LEI No. 502/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 10. - Fica denominado de Ginásio de Esportes Fábio Luiz Buchner o Ginásio do Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto, de Cascavel.

Art. 20. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.96

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Fábio Luiz Buchner era, em 1991, um dos formandos do 40. anos do Curso Técnico em Eletrotécnica no Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto. Na época, estudante de 18 anos, destacou-se como grande atleta do voleibol.

Em 1992 foi diagnosticado que Fábio possuía leucemia, vindo a falecer alguns meses depois. Esta homenagem é pelo exemplo que deixou Fábio como atleta e estudante.

São por estes motivos que solicitamos o apoio dos nobres Pares para esta homenagem, concretizando também uma vontade da comunidade local.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Encerrando o Horário do Expediente, cedo a Presidência desta sessão para nosso ilustre Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna desta Casa hoje. Dois assuntos referentes ao Município de Ponta Grossa, ao qual já estamos - neste período de transição para o comando do município, a partir de 10. de janeiro - preparando a nossa entrada como Prefeito daquela cidade. E quero, publicamente, aqui fazer, Senhor Presidente, um agradecimento ao nosso Secretário da Indústria e Comércio, Deputado Nelson Justus - Deputado Luiz Carlos Alborghetti - que nos recebeu com muito carinho no dia de ontem, quando fomos tratar o assunto da vinda de uma grande empresa para a Cidade de Ponta Grossa, que deverá transferir partes de seus negócios de São Paulo para a nossa querida Ponta Grossa.

E ontem, o Deputado Nelson Justus nos atendeu muito bem, nos atendeu como um verdadeiro Deputado, Secretário desta Casa, fazendo desta forma, com que viéssemos a esta tribuna hoje para lhe agradecer, cumprimentar e dizer que este é o tratamento que o Deputado gosta de receber: é de chegar na Secretaria, é de chegar no Gabinete do Secretário e ser bem atendido, ser bem recebido, principalmente quando se está trazendo um representante de uma empresa.

Portanto, Deputado Alborghetti, o Deputado Nelson Justus nos atendeu ontem, com muito carinho, muita satisfação, esquecendo aquele episódio e dando o respeito que se deve, principalmente a nossa Cidade de Ponta Grossa!

Mas quero também - protocolei nesta Casa, já com a devida autorização desta Presidência, do Presidente Anibal Khury, dos demais membros - e devemos, nesta segunda-feira, realizar neste Plenário, para combinar com o final do nosso mandato como Deputado Estadual - haja visto que a partir de janeiro deixaremos esta Casa, nobre Deputado Milinho, vamos para outra missão, e claro que sentiremos saudades deste Parlamento, e principalmente dos companheiros e da amizade que fizemos ao longo desses quase dois anos aqui nesta Casa - queremos anunciar e convidar todos os Senhores Deputados, para - segunda-feira vamos fazer uma Sessão Solene nesta Casa, oportunidade em que iremos entregar o título à dupla Zezé di Camargo e Luciano, que fizemos passar nesta Casa e os Senhores aprovaram.

E nós, para finalizarmos e fecharmos o nosso ano, vamos na segunda-feira - eles estarão presentes aqui às 14:00 horas, nesta Casa - fazer a entrega do título a eles, todos nós juntos, uma homenagem que queremos prestar a eles por ter divulgado principalmente o maior potencial de

Ponta Grossa, que é a cidade turismo, que é a Vila Velha, que é turismo nosso, que vai trazer tantas riquezas para o nosso município. Estamos investindo no nosso futuro governo, vamos investir pesado no turismo, porque Ponta Grossa tem um potencial gigante de turismo e até não tem aproveitado bem e nem usado.

Como forma de homenageá-los - este título já passou por esta Casa, já foi aprovado - segunda-feira estaremos então, realizando a Sessão Solene. Convidamos então, a todos os Senhores Deputados, aqueles que são fãs da dupla Zezé di Camargo e Luciano, que estejam presentes na segunda-feira, oportunidade em que eles se farão presentes e, além de agradecer o título, certamente irão cantar uma música em homenagem ao nosso Presidente e a todos os Senhores.

Então, segunda-feira aqui, nesta Casa, a presença da dupla Zezé di Camargo e Luciano, para receber aquele título que os Senhores nos ajudaram referendar a eles e que, certamente fará com que todos estejam presentes nesta Casa.

O Sr. Nelvo Beraldin - Vossa Excelência fala da dupla Zezé di Camargo e Luciano, e aproveito esta oportunidade - em que Vossa Excelência trata da música e da arte - para comunicar à Casa, que recebi uma visita hoje, muito alegre, de dois Prefeitos. Um que deixa hoje a Prefeitura de Santa Terezinha do Oeste, e outro que assume a Prefeitura de Lindoeste do Paraná.

Ambos os prefeitos formam uma dupla que já gravou dois CD's e ganha hoje um grande espaço na mídia do Paraná, e tenho certeza que pela qualidade da dupla, ganhará espaço nacional. O interessante é que a dupla deixou muito claro - agora há pouco, em meu gabinete - que eles vão ganhar muito mais cantando do que ganham como Prefeito.

Portanto, apenas para acrescentar no seu discurso esta situação interessante, muito simpática, porque ver a arte associada à política é extremamente gratificante para todos nós.

Muito obrigado!

O Sr. Orlando Pessuti - Pretendo, na segunda-feira, estar aqui para participar desta grande festa, que Vossa Excelência estará proporcionando aqui ao Paraná, trazendo até a Assembléia Legislativa a dupla Zezé di Camargo e Luciano.

Sem sombra de dúvida, essas honrarias devem ser prestadas a pessoas que algum tipo de contribuição tenha dado ao nosso Estado, e sem sombra de dúvida, o Paraná, como berço da música sertaneja, também tem, em Zezé di Camargo e Luciano seus representantes na esfera nacional.

Mas, já que é para falarmos das duplas que estão se formando, e para que não haja perigo de tombo, forma-se a dupla Pessuti e

Colombo", que estará se apresentando nas próximas atividades da Assembléia Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado, Deputado Pessuti, sempre alegre e sugestivo, tomando este Parlamento mais alegre nos momentos difíceis.

Portanto, era isso, Senhor Presidente. Só queria comunicar a essa Casa e aos companheiros que nos ajudaram a aprovar esse pedido nosso, esse título de Cidadania, que na segunda-feira estaremos aqui já trazendo a presença do Município de Ponta Grossa, do nosso Governo, trazendo aqui a nossa mídia, do nosso maior porto turístico do Paraná, que é a nossa Vila Velha. E como eles foram os responsáveis por uma grande campanha, fazendo uma mídia a nível internacional sem nos cobrar nada, resolvemos premiar com esse título, que os Senhores concordaram.

Portanto, segunda-feira tragam seus familiares, seus amigos e todos os companheiros da Casa, os funcionários, para que possam ver de perto aqui, a dupla Zezé di Camargo e Luciano, que estarão ao vivo e a cores aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, estudantes que visitam a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que aqui estão na expectativa da votação do Projeto do PROEN que, conforme o nosso Presidente Anibal Khury, estará na Ordem do Dia na próxima terça-feira.

Senhores Deputados, ocupo a tribuna desta Casa, para demonstrar como se encontra a Secretaria de Estado da Saúde na sua conduta ou condução política. Dá-se até a impressão que no Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Saúde tem sido vítima de comportamentos às vezes relapsos, outras vezes corruptos de Secretários. A Secretaria do Estado do Paraná, por uso indevido de verbas, devolve ao Governo Federal, mensalmente, cerca de milhares e milhares de reais, por irregularidade na administração de Delcino Tavares e de Manoel de Almeida.

Durante a administração de Nizan Pereira Almeida, a Secretaria de Estado devolveu dinheiro, por incapacidade política de colocar em prática convênios assinados com o Ministério da Saúde. Achávamos que isso seria coisa do passado, e que na atual administração não ocorreria mais este fato. Mas, no final do ano passado, no dia 31 de dezembro, a Secretaria de Estado da Saúde devolveu ao Governo Federal R\$ 1.135.000,00, por incapacidade técnica dos seus Secretários e do seu corpo político. Convênio assinado com a Fundação Nacional da

Saúde, que é órgão do Ministério da Saúde, para a realização da campanha de multivacinação no Estado do Paraná, com a vigência até 31 de dezembro, no valor de R\$ 1.135.000,00. Esse dinheiro foi liberado - de acordo com a própria Secretaria, respondendo ao nosso gabinete, através de pedido de informação - nos meses de agosto e setembro.

Ao contrário do que se esperava, de uma Secretaria bem orientada politicamente, nesse período era para iniciar a licitação para compra de material, material esse que seria seringas e agulhas. Cerca de dois milhões de seringas descartáveis 2x1 ou de 3 ml. Três milhões e duzentos mil seringas descartáveis de 2 ou 3 ml e mais quatrocentas mil seringas e agulhas de 13x3,8. Tendo que comprar este material, com o dinheiro liberado já completamente no final de setembro, o edital de licitação somente foi tomado público no dia 7 de dezembro, o que demonstra incapacidade técnica, a falta de orientação política do corpo técnico de confiança do Senhor Governador e não dos funcionários, porque sei que o chefe imediato foi alertado por funcionários de carreira, que esse dinheiro seria devolvido caso não agilizasse.

Pois bem, feita a licitação no edital publicado no dia 7 de dezembro no Diário Oficial (conforme cópia que aqui tenho), somente foi constatado que o dinheiro seria devolvido já no dia 8 de janeiro. Isto através de um parecer dado por um dos funcionários à direção daquela Secretaria.

Senhores Deputados, diz na resposta enviada a mim, que a Secretaria, apesar de não cumprir com o convênio, não trouxe prejuízo na campanha de vacinação, porque ela lançou mão de recursos próprios. Lançar mão de recursos próprios, significa que, dos 139 milhões orçados para este ano passado, a Secretaria lançou mão de parte desse dinheiro, sem necessidade, uma vez que vinha dinheiro do Governo Federal. Quando o Secretário era outro, da tribuna desta Casa comuniquei aos Senhores Deputados a devolução do dinheiro, por falta de capacidade política daquele Secretário. Este Secretário, que naquela ocasião provavelmente deve ter aplaudido a minha posição, deixou de cumprir também convênio Assinado com a Fundação Nacional da Saúde, devolvendo mais R\$ 1.100.000. Tanto quanto, mais ou menos, a razão pela qual esta Casa pediu uma CPI no Porto de Paranaguá.

Neste ano, é orçado para o ano que vem, 2,5%, ou seja, R\$ 153.000.000,00 de arrecadação própria, desse montante se perde mais de 1 milhão. É muito prejuízo na situação da saúde neste Estado, na qual os profissionais são mal remunerados, o serviço prestado é mal remunerado. E a vítima é o dependente, é o cidadão, que necessita do atendimento e não tem. No entanto, quando tem qualquer investimento, ele é devolvido para o Governo Federal, por

incapacidade política e administrativa. Isto não pode continuar.

Requisito o Horário das Lideranças do Partido dos Trabalhadores, para conceder aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Rosinha, o que Vossa Excelência traz no seu pronunciamento, realmente é preocupante e é realmente, assim, bem pesado, quando Vossa Excelência refere que o Secretário da Saúde, por falta de competência, devolveu o dinheiro ao Governo Federal. Há poucos dias atrás, apresentei aqui um pedido de informação ao Secretário da Saúde, perguntando, precisamente: "O que tem sido feito em termos de saúde no interior do Estado?" Porque, viajando, tenho reparado que em alguns municípios tem hospital construído e inacabado. É o caso de Santa Cecília do Pavão. É um hospital que foi construído pela Prefeitura, houve a promessa do Governo do Estado de ajudar a concluí-lo, e o hospital está sem terminar até o dia de hoje. Sem equipamento e, inclusive, a parte de alvenaria falta alguma coisa para concluir.

E Vossa Excelência falava no Governo Álvaro Dias, no Governo Requião. Não sei, não entendi bem, quando Vossa Excelência fala do Secretário, não sei se Vossa Excelência fala do atual Secretário, da falta de competência, ou dos ex-Secretários. Porque estamos aqui não é para fazer política contra qualquer governo, mas nós, administrativamente, temos que ter o cuidado de zelar pelo bem público. Politicamente é coisa de Partido. Aqui estamos administrativamente analisando.

Então, por exemplo, o Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, esteve na nossa Cidade, na Fazenda Rio Grande e participou da inauguração de um hospital, o qual ele nos honrou com a sua presença, juntamente com o Deputado Luiz Carlos Martins e outros. E naquele dia, ele ouviu do próprio Secretário da Saúde se comprometer de enviar esforços possíveis de pelo menor ajudar o Hospital com o RX. A Secretaria de Saúde - não por má vontade, que acredito, do Secretário, foi por falta de recursos - até hoje não mandou o RX, o qual a Prefeitura teve que comprar.

Agora mesmo, nesses dias, a saúde do Brasil está passando por sérias dificuldades, porque o Ministério da Saúde não está repassando aos hospitais a verba do SUS. Dizem eles lá em Brasília, que foi pela troca do Ministro.

Da mesma forma a Secretaria de Educação, que deveria pagar no máximo até o dia 10 o repasse às Prefeituras, o dinheiro para pagar os professores, também não está fazendo. E com isso, inclusive, os professores estão entrando em greve, em alguns municípios.

Então, fazemos aqui um apelo ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que o seu

pronunciamento fosse encarado com muita seriedade e fosse levantado junto a Secretaria de Saúde, se realmente é verdade. Se esse Governo está devolvendo dinheiro da Saúde para Brasília, em detrimento desta miséria que aí está, da falta de medicamento, de equipamentos nos hospitais e falta de pagamento aos funcionários.

Aproveitando ainda, Doutor Rosinha, Vossa Excelência que é médico e é da Saúde, seria bom levantarmos também o porquê de ser terceirizado o atendimento na Secretaria da Saúde por parte da atual administração.

Agradeço o aparte.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção.

Eu disse que a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná tem sido vítima dos Senhores Secretários que ocuparam o cargo nos últimos anos. Durante a administração do Secretário Delcino Tavares, muitas vezes usei a tribuna aqui da Assembleia. Foram cometidas inúmeras irregularidades, tanto é que houve CPI nesta Casa.

Manoel de Almeida cometeu várias irregularidades. Teve CPI nesta Casa, presidida pelo Deputado Algaci Túlio. Sebastião Pimentel, Secretário, teve CPI nesta Casa, presidida por mim e que, no ano passado, trouxe aos Deputados que, naquela CPI, apesar de boicotada pelo PMDB, conseguimos impedir o desvio de mais de 2 milhões de reais.

Na administração do Doutor Pereira Almeida, por não cumprir convênio assinado, devolveu-se dinheiro ao Ministério da Saúde, e o atual Secretário - para não fugir à regra - também devolveu R\$ 1.135.000,00 por incompetência administrativa, por não fazer a licitação dentro do período adequado.

Diz no informativo aqui respondido - e agradeço a aprovação desta Casa, porque quando faço um pedido de informações, é porque existe suspeita e se a suspeita foi confirmada, eu a trago para esta Casa, e se não for confirmada, será uma suspeita que não tornarei pública, porque só torno pública depois que tenho os documentos na minha mão, e se ele agiu de maneira irregular, tornarei pública toda e qualquer irregularidade; e quando faço pedido de informação, há suspeita e investigo todas elas e as que forem confirmadas, virei aqui. As demais não venho aqui nem vou para a imprensa, porque não divulgo coisa insuspeita, tanto é que em 6 anos de mandato não tenho nenhum processo por calúnia e nem injúria e sempre tenho divulgado os erros cometidos pela administração.

Então, o dinheiro foi liberado em agosto e setembro e o edital de licitação foi publicado no Diário Oficial somente no dia 7 de dezembro, ou seja, muito tempo depois. É lógico em que 30 dias não se faz licitação e devolve-se o dinheiro. É um problema sério. É falta de capacidade política. O

responsável pela licitação foi avisado por funcionário lá de dentro, dizendo que tinha que se fazer a licitação e assim o Estado do Paraná vai perdendo dinheiro e vai doando dinheiro, como vemos quando doa dinheiro a outras entidades - tanto é que hoje tem pedido de informação nosso, para tomar conhecimento do inteiro teor do processo de concessão da Renault, para se saber quanto dinheiro está abrindo mão - se é que está abrindo - ou não, se tudo foi legal. Sem medo nenhum, aprova-se o pedido. Se houve ilegalidade, vota-se contrário. Se houve desperdício, vota-se contrário.

É este o teor do nosso pronunciamento.
Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Péricles Mello.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Péricles Mello vai fazer uso da palavra agora, e vai falar exatamente sobre o PROEN.

Gostaria de declarar que os Deputados estão sendo convidados e faço uma solicitação ao Deputado Anibal Khury, de que os estudantes possam descer das galerias e dirigirem-se ao Plenarinho. Os Deputados Péricles, Caio Quintana, Romanelli, eu e outros Deputados, que estão envolvidos com a reforma do ensino, que está acontecendo, vamos passar algumas explicações ali no Plenarinho.

Assim que o Deputado Péricles terminar de falar sobre o PROEN, desçam e no Plenarinho vamos "bater um papo" com vocês mais de perto, à respeito do que está acontecendo com a educação no Estado do Paraná.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estudantes, lideranças estudantis, professores que comparecem à sessão desta tarde nesta Casa.

Votaríamos hoje o projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Romanelli, que Ângelo Vanhoni assina, eu também e outros Deputados juntos, mas houve uma alteração na pauta e acordamos inicialmente que a votação seria na segunda-feira, e agora há pouco, conversando com o Deputado Romanelli, decidimos fazer a votação na terça-feira, com a anuência do Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, para que a sessão possa ser acompanhada por um número maior de pessoas interessadas: estudantes, professores, pais de alunos, porque sem dúvida trata-se de uma matéria de mais alta importância, e queremos hoje trazer alguns questionamentos.

Pedir, inclusive, aos Deputados, que nesses três dias de final de semana, se relacionem com suas bases para verificar o que está acontecendo em cada local deste Estado,

com relação a esta reforma implantada de choque pelo Governo Estadual.

Fizemos um parecer, instituímos uma Comissão Especial, com estudantes, professores da APP, representantes do Fórum Paranaense da Escola Pública do Conselho Estadual de Educação, da ANDES, discutimos com profundidade a Reforma de 2o. Grau e temos uma série de questões para colocar à sociedade paranaense.

Achamos que, em primeiro lugar, o método usado pelo Governo para fazer a reforma do Ensino Médio, é um método autoritário, porque o Governo não consultou os interessados, fez às pressas, não consultou entidades estudantis, entidades de professores, nem consultou formalmente o Conselho Estadual de Educação; e muito menos mandou o Projeto de Reforma para que os representantes do Poder Legislativo do Paraná pudessem contribuir com suas idéias para essa reforma tão importante que vai acontecer a nível de 2o. Grau.

Mais que isso: o Governo se adiantou inclusive à Lei de Diretrizes e Bases, que não foi votada pelo Congresso Nacional e se adiantou mais, adiantou-se à Lei Federal do Ensino Técnico que vai pautar toda a legislação sobre o Ensino de 2o. Grau, Ensino Profissionalizante, em todo o Brasil. Isso é muito grave. É um absurdo aceitarmos uma reforma importante dessa natureza, que não consulta nem Deputados, nem professores, nem Conselho Estadual de Educação.

Segundo lugar: a pressa do Governo vai fazer com que no Paraná, talvez o único Estado da Federação, existam dois sistemas de Ensino de 2o. Grau. Um sistema para os colégios do Estado, que só vai existir curso de Educação Geral e outro sistema para as escolas federais, como o CEFET, e mais que isso, para as escolas particulares, que vão poder continuar o ano que vem oferecendo curso técnico, como Escola Normal, Escola de Contabilidade, Química Industrial, Secretariado, Mecânica, e tantos outros cursos que existem hoje.

Então, teremos no nosso Estado, no ano que vem, dois sistemas: um sistema para a Escola Pública Estadual, que só oferece Educação Geral e nenhum outro tipo de curso de formação técnica; e o sistema para a escola particular - repito - e um sistema para as escolas federais. Isso é um absurdo, que o aluno, apenas aquele que pode pagar uma escola particular, possa se inscrever em curso técnico profissionalizante o ano que vem, e o aluno da escola pública esteja aliado desse processo.

Outras questões sérias e graves a nosso ver. Faxinal do Céu é o lugar de formação dos professores, como diz o Governo que fez um contrato com assessoria por R\$ 3.500.000,00 para 21 semanas de cursos para professores. Lá não é lugar de aparelho ideológico e de luta política. O

Executivo transformou Faxinal do Céu num lugar de luta política para tentar influenciar os diretores sem que houvesse o contraditório, sem que houvesse um debate amplo e democrático à assinar um manifesto favorável a esse programa, sem que houvesse discussão, repito, quando mais se tem notícia de que podem ser prorrogados os mandatos de diretores de escola pública do Paraná.

Não podemos aceitar que se transforme aquele lugar num lugar de confronto político e de coação sobre diretores para darem apoio a projetos do Governo, porque aquilo não é para isso, foi criado para outros motivos.

Faxinal do Céu se transforma num aparelho ideológico do Governo do Paraná para confrontar filosófica e ideologicamente as concepções diversas de educação que existem em nosso Estado, e mais do que isso, agora se torna um lugar, um instrumento de luta política, coagindo e captando diretores de todo o Paraná para votarem favoravelmente, colocarem a sua assinatura numa reforma desse tipo. Não podemos aceitar também que esse tipo de ação seja feita pelo Governo do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, rogamos a todos os Deputados, mesmo aqueles que do ponto de vista filosófico - é uma discussão profunda - sejam favoráveis a esta reforma, não podemos concordar com o método - repito - desta forma. E peço aos Senhores Deputados que reflitam junto com os estudantes, com sua cidade, com pais de alunos, professores, para que possamos fazer na terça-feira, um momento de grande debate político nesta Casa, sobre futuro do 2o. Grau do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o segundo assunto que me traz à tribuna, nesta tarde, é a nossa preocupação com relação à votação do Projeto no. 446/96, que traz alterações na lei do ICMS. Fizemos um Requerimento solicitando o comparecimento do Secretário de Finanças. Retiramos o Requerimento entendendo que o Secretário viria aqui para uma conversa informal antes de ser votado esse projeto, mas até agora ele não veio. Temos uma série de indagações a fazer ao Poder Executivo, para poder votar com transparência este projeto.

Pedimos encarecidamente ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que convide o Secretário para vir discutir com os Deputados, antes que esse projeto seja votado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Khury) - Não havendo oradores no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PTB. PSDB. PMDB. Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, quero falar - e aproveitar a presença dos estudantes aqui - para dizer aos estudantes que este Governo é um Governo responsável, que este Governo tem uma dívida para com o estudante paranaense, que este Governo quer aplicar os avanços na melhoria da qualidade do ensino no Estado do Paraná.

Até posso, como até entendo que isso tem sido motivo, portanto também não é verdadeiro a afirmação feita pelo Deputado Péricles, esta Casa tem discutido sim, a questão do PROEN. O Secretário Ramiro esteve aqui, no Plenarinho desta Assembléia - talvez muitos de vocês aqui estiveram naquela tarde, o Plenarinho estava lotado mais do que as galerias hoje - e foram colocadas, feitas algumas colocações que até eu, como Líder do Governo, tenho ainda as minhas dúvidas - e isto não é para fazer média com estudante, mas é uma questão de responsabilidade. Também tenho algumas dúvidas com relação do PROEN. Porém não é desta forma que vamos encontrar o caminho, jogando estudantes contra o Governo, contra Secretário, não é fazendo uso dessa massa de pessoas tão inteligentes que são o futuro do País, ainda sendo usadas politicamente. Vamos discutir? Vamos sim, dentro de critérios, com cuidado para não ferir nenhum nenhum lado nem outro.

O Secretário tem a maior boa vontade, e tenho certeza, naquela mesma tarde, ele se comprometeu a receber no seu gabinete na Secretaria, grupos de jovens para discutir com ele a questão do PROEN.

Então, o Governo do Paraná não está fugindo dessa responsabilidade. O Governador Jaime Lerner tem essa credibilidade e tem o respeito para com a classe estudantil.

O que quero transmitir a vocês, é que participem sim, deste debate agora no Plenarinho. Evidentemente não estarei, porque tenho que estar aqui nesta sessão. Não se trata de medo de enfrentar, absolutamente, porque todos são estudantes inteligentes e sabem evidentemente, discutir. É que tenho uma responsabilidade dentro deste Plenário - aliás, Senhor Presidente, esta reunião do Plenarinho me parece que vai coincidir com o horário da sessão normal da Assembléia.

O que quero dizer a todos, é que na segunda-feira o Secretário vai estar reunido com as Bancadas da Assembléia, para dar mais uma explicação e tentar - se não convencer - colocar as idéias, Deputado Vanhoni, que temos, nós, Deputados, que cada Deputado tem em sua região situações semelhantes, complicadoras, de estudantes que já estão procurando os Senhores Deputados para pedir o apoio do voto contrário a esta medida e, em respeito a estes Deputados e aos estudantes, é que estou pedindo um pouco de calma na discussão do PROEN, ninguém vai fazer de afogadilho. O Presidente da Assembléia tem tido a maior concordância possível, e é quem está,

inclusive, intermediando toda esta negociação junto com a Liderança do Governo. Então, o Secretário está hoje em Brasília, recebendo um prêmio do UNICEF juntamente com o Governador e, evidentemente, na segunda-feira ele estará reunido com as Bancadas aqui da Assembleia. Vamos discutir, vamos colocar o contraditório da oposição com a posição do Secretário e vamos aí tentar um meio, uma saída que não tenha trazer prejuízo para ninguém.

É esta a posição que trago aqui, neste momento, em nome do Governador do Estado e do Secretário da Educação do Estado do Paraná, professor Ramiro Wahraflig.

O Sr. Angelo Vanhoni - Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo na Assembleia Legislativa.

Acho que o que os estudantes do Colégio Estadual do Paraná, um dos grandes colégios deste Estado, de ensino público e gratuito, o que os estudantes vieram aqui sentir da Assembleia Legislativa e acho que trazer para os Deputados - posso até estar enganado - mas a impressão que tenho é a seguinte: há questão de um mês atrás, quando soubemos que nenhum diretor estava aceitando matrícula para o ano que vem, para curso de Normal ou para qualquer curso técnico, no Estado do Paraná inteiro, sem nenhuma resolução por parte da Secretaria, sem nenhuma portaria por parte da Secretaria, isso estranhou a comunidade educacional do Estado do Paraná inteiro.

Telefonei para o Diretor do Instituto de Educação e perguntei a ele, na presença de várias pessoas no meu gabinete, se as matrículas estavam abertas e ele disse que para curso técnico estavam encerradas. "Nós não vamos abrir." "Mas Diretor, o senhor tem alguma resolução da Secretaria de Educação?" Ele disse que não, "por escrito não tenho". "Então como é que o Senhor tomou essa decisão?" Foi o Secretário de Educação e o corpo da Secretaria que, por telefone, nos passaram este entendimento, essa decisão."

O que entendemos, Deputado Algaci Túlio, é que se queremos reformar o ensino de educação geral no Paraná, que precisa ser melhorado e precisa ser melhorado muito, valorizando os professores, equipamento melhor as escolas, dando acesso para os estudantes, para que possam frequentar as aulas. Se queremos melhorar o ensino técnico, tão importante para que o estudante, quando saia do 2o. grau tenha uma possibilidade de enfrentar o mercado de trabalho em nosso Estado, em nossa vida tão difícil.

O que temos certeza é uma coisa: não será com esse método autoritário, que o Secretário de Educação está impondo, cancelando as matrículas de todos os estudantes, sem que para a comunidade estudantil, sem que para os

professores, para quem se preocupa com a educação, que é tão fundamental na nossa vida, sem que nenhum Centro Regional de Capacitação Profissional, está sendo construído no Estado do Paraná; então qual a razão de que não tem nenhum centro técnico construído no Estado do Paraná e não será construído em 3 meses, não será construído em 6 meses, porque temos que fazer com que milhares de estudantes no ano que vem, percam a matrícula dos cursos técnicos que existem hoje, e sejam obrigados a frequentar os cursos técnicos do ensino privado? Porque a resolução do Secretário não extinguiu os cursos técnicos privados no Estado do Paraná?

Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, saiba de uma coisa: acho - e quero deixar bem claro, Deputado Péricles, Bancada do PT e outros Deputados - que tem muitas idéias boas dentro do PROEN, tem muita idéia no PROEN que deve ser implementada, discutida e aperfeiçoada para melhorar o ensino público no nosso Estado. Mas da forma como está sendo feita, e com esta medida de cancelamento da matrícula, possibilita que cada Deputado, cada cidadão do Estado do Paraná ponha neste projeto uma suspeita muito grave, que é a suspeita de que no fundo, no fundo, o ensino privado deste Estado será beneficiado com os cursos técnicos e não o ensino público e gratuito, que é interesse da maioria do nosso povo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Vanhoni, pode ter certeza que boa parte das preocupações que Vossa Excelência tem, também são minhas preocupações, especialmente na questão do cancelamento das matrículas. Realmente temos que tentar conversar com o Secretário, saber se não há uma possibilidade até de permitir a matrícula para o ano que vem ainda, e depois, em 98, aí sim, vai-se gradativamente aplicando o novo programa, porque ele é benéfico, ele é bom para todos.

Agora, evidentemente nós temos esta preocupação com relação ao estancamento da matrícula já para o ano seguinte.

O Sr. Valdir Rossini - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, gostaria de colocar aqui a posição da Bancada do PDT, como seu Líder, e dizer aos estudantes que a Bancada do PDT faz parte do Partido do Governador e é preocupação de todos os Parlamentares do PDT que não devemos aceitar imposições na questão do PROEN.

Agora, tem que deixar claro que isto aqui, amplamente discutido se faz necessário, para ser implantado no Paraná. A forma é que é discutível. Mas precisamos investir nos cursos técnicos profissionalizantes, isto ninguém pode negar. O que queremos garantir...

(Tumulto no Plenário)

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O Sr. Valdir Rossoni - O que queremos, Senhor Presidente, é colocar aqui sobre a questão do PROEN, e que é importante que fique claro para toda a população do Paraná, é que a preocupação do Governo Jaime Lerner é investir mais de 200 milhões de dólares na...

O SR. ALGACI TÚLIO - Só quero dizer, Deputado, que boa parte dos estudantes já vieram aqui com uma situação preestabelecida, evidentemente de não aceitar nada.

Lamenta-se profundamente esta demonstração, que tenho certeza que não é da educação da maioria dos estudantes do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni - Queremos, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o que queremos deixar claro e que até este momento não foi dito aqui neste Plenário, é que o Governo Jaime Lerner vai investir mais de 200 milhões de dólares na melhoria de qualidade de ensino, dos ensinos técnicos profissionalizantes. A forma é que queremos discutir.

Queremos dizer aos estudantes que estão aqui, pelo jeito treinados para serem contra tudo, queremos dizer aos estudantes que estão aqui presentes e aos Parlamentares e quem nos ouve, que a preocupação do Governo Jaime Lerner, é com a qualidade de ensino e os cursos técnicos profissionalizantes - para quem conhece o interior do Paraná se fazem necessários investimentos maciços para melhorar a qualidade de ensino.

Queremos deixar claro aqui, não temos dúvida de que a ação do Governo Jaime Lerner na melhoria da qualidade de ensino do Paraná é clara e evidente. Quando o Deputado colocava aqui a questão de Faxinal do Céu, quero dizer aqui aos Parlamentares, que o que está se fazendo em Faxinal do Céu é qualificar o nosso professor, para transmitir à juventude do Paraná.

Não tenham dúvida nenhuma, a forma temos que discutir. Nós, Parlamentares do PDT, não vamos aceitar imposição, mesmo do Secretário do Governo. Achamos que a forma como está sendo implantado o PROEN é que está errada, mas que se faz necessário investimentos nos cursos técnicos profissionalizantes, não tenham dúvida disso. E é esta a preocupação do Governo Jaime Lerner.

Vamos investir nos cursos para melhoria da qualidade de ensino do Paraná, e é isto que os estudantes têm que sair daqui, bem claro, que o Governo Jaime Lerner jamais tomaria uma atitude que fosse para prejudicar todo o ensino do Paraná. A preocupação sim, do Governo, é melhorar e por isso que vamos investir mais de 200 milhões de dólares. E agora estamos abertos

para discutir e trazer aqui o Secretário de Educação, para que ele também acelte as posições de quem representa todo o Paraná, que são os Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Parabenizo o Deputado Valdir Rossoni, e quero também aqui expressar a minha solidariedade a Vossa Excelência, que no momento em que fazia o aparte, teve uma posição contrária de alguns estudantes. Vossa Excelência tem tido posições firmes nesta Casa, e em nenhum momento usou de demagogia, tem usado de muita firmeza, de muita seriedade na conduta de seu mandato Parlamentar.

O Sr. Eduardo Trevisan - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Como componente da Bancada de apoio ao Governo, também quero manifestar a minha preocupação pela maneira como o PROEN está sendo proposto a toda a sociedade do Paraná. Quero comungar com a participação e as idéias do Deputado Rossoni, de que nós, de fato, apoiamos e aplaudimos a iniciativa do Governo em captar recursos na ordem de 200 milhões para investir na melhoria do ensino público, ensino profissionalizante. Realmente estou preocupado e consciente de que a maneira como está não dá para continuar, alguma coisa tem que ser feita.

Agora, eu, que venho do interior, como muitos Deputados aqui são do interior, e que componho a Bancada de apoio ao Governador Jaime Lerner, e que muitas vezes, por uma fidelidade extrema, como muitas vezes eu próprio tenho, votamos nas propostas do Governo sem questionar.

Agora, especificamente nesta matéria do PROEN, estamos indo para o interior e temos recebido manifestações de professores, alunos, pais, e até potenciais estudantes e usuários do sistema atual de ensino profissionalizante, nos questionando e dizendo: "Deputado, eu quero ver o seu voto na Assembleia neste momento, e isso vai determinar o meu relacionamento com Vossa Excelência no futuro".

Então, queria apelar ao Líder do Governo para que, em nome de todos os Deputados aqui que são do interior e sofrem esta pressão da comunidade estudantil e dos pais de todo o Estado do Paraná, para que lutemos junto ao Secretário, que esta implantação do PROEN aqui no Paraná ocorra, mas ocorra de uma maneira mais paulatina, que não ocorra neste ano ainda a suspensão das matrículas, o que tem causado grande constrangimento a todos nós.

Acho que dessa forma todos nós aqui vamos apoiar a implantação do PROEN, inclusive

na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que sempre se debruça e discute bastante estes assuntos e todos nós, Deputados, ficamos tranquilos nesta matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO - Foi por esta razão, Deputado Eduardo Trevisan, que apelei, num entendimento com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, com o Deputado Ângelo Vanhoni, para que não se colocasse de atropelo esta votação no dia de amanhã, pedindo um tempo até a próxima terça-feira - mesmo porque o Secretário está hoje em Brasília, juntamente com o Governador, recebendo um dos três prêmios da UNICEF relativo à Universidade do Professor - para que, segunda-feira sentemos com o Secretário e, numa reunião mais prática, entreguemos e coloquemos ao Secretário aquelas posições que entendem os Deputados, que seria até para melhorar o projeto, principalmente na questão do estancamento da matrícula para o ano que vem, que isso me causa uma grande preocupação, e para não exigir um sacrifício dos Senhores Parlamentares que dão apoio ao Governo.

Foi por esta razão que pedi a suspensão da discussão da votação dessa matéria no dia de amanhã, transferindo para a próxima terça-feira, no que o Presidente concordou - e a quem sou grato neste momento - para que tenhamos tempo de encontrar um denominador comum.

É dessa maneira que quero conduzir esta discussão.

O Sr. Augustinho Zucchi - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Algaci, Vossa Excelência merece esta deferência, tendo em vista a condução de Vossa Excelência frente à Liderança do Governo nesta Casa. Mas, gostaria de colaborar apenas no entendimento da discussão desse projeto, colocado pelo Governador Jaime Lerner, até porque sempre se discutiu o ensino de 1o. grau, o ensino básico e o ensino de 3o. grau; o ensino de 2o. grau sempre foi relegado para uma discussão secundária no Estado do Paraná e no Brasil, via de regra.

Estava em Pato Branco neste final de semana, Deputado Algaci, na abertura da EXPOPATO, exposição da nossa cidade, e fui questionado com veemência por alguns professores com relação ao PROEN, não evidentemente ao conteúdo geral do PROEN, mas já algumas atitudes manifestadas por parte da Secretaria de Educação com relação à implantação do PROEN. Mais notadamente na sua preocupação que gostaria de me somar a ela, que é o cancelamento das matrículas do ano que vem.

Deputado Algaci, eu, antes de ser Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal

do Paraná, fui Técnico em Agronegócio, formado por um colégio agrícola em Guarapuava. Recebi a informação do Diretor do Colégio Agrícola Cisbrasil, de Clevelândia, na região Sudoeste do Paraná - do qual faço parte como Conselheiro de Educação naquele colégio - de que foram canceladas as matrículas e está havendo uma apreensão por toda aquela região, que procura o colégio para obter lá uma vaga para seus filhos. Vejo isso com muita preocupação, porque tenho a noção de todas as dificuldades que passa o setor agropecuário, por exemplo, é preciso cada vez mais que a nossa agricultura esteja assimilando tecnologia. E para isso é fundamental que tenhamos a possibilidade do filho do agricultor, num trabalho complementar à escola do campo, de permanecer nos bancos escolares de um colégio agrícola, e voltar à propriedade dos seus pais para trabalhar e fazer produzir mais.

Desta forma, gostaria apenas de colocar, da mesma forma que o Deputado Eduardo Trevisan colocou, que temos um acordo de apoio ao Governador Jaime Lerner, e vamos acompanhar as votações do Governo aqui. A nossa preocupação também, é no sentido que possamos discutir com profundidade esta questão do PROEN, para que posteriormente, possamos colocar em votação.

Sei que Vossa Excelência está preocupado com esta matéria, e gostaria então, que o senhor contatasse o Secretário da Educação, dizendo a ele que não é só uma preocupação de todos os Deputados, para que se discuta melhor este projeto do PROEN, que interessa a todos os paranaenses.

Obrigado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência vai à tribuna e aborda justamente esta questão, e recebeu o aparte de vários Parlamentares, e creio eu que o espírito deve nortear a discussão do PROEN, como aliás, de resto, todas as matérias que passam à discussão nesta Casa, não é aqui um confronto entre a oposição e a situação.

Na verdade, a discussão é que se há necessidade de se fazer melhorias na área do ensino técnico, todos nós reconhecemos. E bem disse o Deputado Valdir Rossoni sobre forma e conteúdo, embora muitas vezes o Governo anuncie o leilão da FERROESTE, e cancele as matrículas, antes de ter tido até a resolução que depois apresentamos o projeto de decreto legislativo.

Mas, seguramente, o entendimento de Vossa Excelência, do Deputado Valdir Rossoni, do Presidente Aníbal Khury, das demais Lideranças que temos conversado, é no sentido da forma com que a Secretaria de Educação quer implantar o PROEN, que não é bom.

Então, esta Casa, na terça-feira, ou por convencimento, na segunda-feira, do Secretário,

de fazer uma rediscussão, ou então, esta Casa mostra de forma unânime a sua posição contrária a um ato, que todos reconhecemos se no mínimo precipitado, porque o PROEN não está contratado junto ao Banco Mundial, não tramitou, não tem o desenho de como vai funcionar o PROEN. Ou seja, não é possível distinguir o que já existe sem ter um novo.

Acho que é prudente a posição de Vossa Excelência. Reconheço os esforços que Vossa Excelência está fazendo, e acho que este embate, que esta Casa deve travar, não é entre situação e oposição, mas é uma posição de melhoria no ensino público do Paraná. E quero reconhecer o esforço que Vossa Excelência, o nosso Presidente e o Deputado Valdir Rossoni, estão fazendo.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Mais uma vez agradeço a Vossa Excelência a preocupação de entender que poderíamos adiar esta discussão para a próxima terça-feira, e mais uma vez sou grato.

Concedo o aparte ao Deputado Caio Quintana.

O Sr. Caio Quintana - A condução da votação do PROEN, tem que ter cautela por nós, Parlamentares.

E nessa discussão com o Secretário - espero que seja entendido - que o Deputado Romanelli coloca bem, que não é uma questão de situação ou oposição, porque ninguém vai fazer política em cima de cursos técnicos profissionalizantes no nosso Estado do Paraná.

Mas, chamo a atenção de um dado que gostaria de lembrar: há bem pouco tempo atrás, Deputado Algaci Túlio, por exemplo, o Estado do Paraná promoveu - outros Estados também, não só o nosso - cursos chamados "Logus I" e "Logus II". Vossa Excelência deve estar lembrado disso. O que eram esses cursos? Eram o aperfeiçoamento dos professores do nosso Estado, professores leigos do Estado, fazendo praticamente um curso por correspondência, quase, para poder melhorar a sua qualidade a profissional e poder lecionar às crianças do nosso Paraná.

Não é possível, Deputado Algaci Túlio, que 5, 6 anos depois da existência de um curso, tipo "Logus", que foi uma tentativa de aprimorar o conhecimento, venhamos terminar na base do ensino por curso, por exemplo, do magistério.

Vossa Excelência me diria: "Mas nós não vamos terminar o magistério." Eu diria que, na visão de quem representa municípios do interior, sim! Porque uma coisa é Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, onde o aluno de uma escola faz os três primeiros anos de um curso básico e na outra esquina ele tem um curso profissionalizante. Mas e o aluno de Planalto, de Pranchita, de Santo Antônio, de Capanema, de Barracão, que nem sabe qual o curso profissionalizante e onde ele

vai fazer o último ano? Esta é a grande preocupação, principalmente nessa dos Deputados do interior! De termos de discutir, com mais profundidade, sabendo onde os nossos alunos, da nossa cidade, que já saem para fora para fazer a faculdade, agora até aqueles que vão fazer o curso de 2o. grau apenas, sairão um ano para fazer o curso profissionalizante, e depois não voltam mais.

Esse é o espírito, Deputado Algaci Túlio, que deverá nortear essa discussão com o Secretário, para que se busque uma saída, pelo menos mais um ano, para vermos se vai agradar a distribuição dos cursos no nosso Paraná.

Não quero nem levantar a questão que pode me parecer pertinente, de que os cursos profissionalizantes particulares serão privilegiados, como também que poderemos transferir uma massa ao interesse das próprias empresas, quer sejam eles de indústria, comércio ou de profissionais liberais, de manobrar o fluxo de cursos em oferta no Paraná, como forma de manobrar a massa de emprego no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte, como sempre bastante ilustrativo e ponderado, e espero que Vossa Excelência, na segunda-feira, nos dê a honra de estar nesta reunião, para que possamos aprimorar esta discussão e encontrar um denominador comum.

Agradeço, Senhor Presidente, a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Emerson Nerone, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo e Péricles Mello, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Protocola-se. Publique-se em avulsos e no Diário da Assembléia para conhecimento dos Senhores Deputados. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, comunicando que está assumindo nesta data, a Liderança do PPB - Partido Progressista Brasileiro. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apolamento. Apolado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apolamento. Apolado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em no. de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apolamento. Apolados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apolamento. Apolado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 446/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem no. 078/96, que dispõe, com base na Lei Complementar Federal no. 087/96, normas referentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J., C.F. E SUBSTITUTIVO GERAL E EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI No. 446/96 EMENDA DE PLENÁRIO No. 38

O "caput" do art. 40, os incisos I, II e III do § 1o. do Art. 55 e o art. 64 do Projeto de Lei no. 446/96, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 40 - A multa prevista no inciso I do § 1o. do Art. 55, será reduzida, do 1o. ao 30o. dia seguinte ao que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,15% (quinze décimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso."

"Art. 55 -

§ 1o. -

I - equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto

na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no § 4o. do art. 45;

II - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;

III - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do crédito do imposto:

a) indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização do crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei;

b) indevidamente transferido, ao sujeito passivo que transferir créditos em desacordo com o disposto na legislação."

"Art. 64 - O art. 18 da Lei no. 9.927, de 28.12.88, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18 - Nas aquisições 'causa mortis' ou por ato entre vivos, o contribuinte ou responsável que não recolher o imposto nos prazos normais, fica sujeito à multa de 5% (cinco por cento) do imposto devido.

§ 1o. - A multa prevista no 'caput' será reduzida, do 1o. ao 30o. dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,15% (quinze décimos por cento) do valor do imposto, por dia de atraso.

§ 2o. - Se houver sonegação de bens, direitos ou valores, o adquirente ficará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor ocultado à tributação, acumulativamente com a prevista no 'caput'."

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apolamento: Luiz Claudio Romanelli, Cezar Silvestri, Antonio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

É flagrante a incompatibilidade das penalidades moratórias do ICMS e do ITCMD impostas aos contribuintes quando do inadimplemento das obrigações, fato este reconhecido na Mensagem enviada pelo Poder Executivo, que já propõe reduzi-las.

Referida incompatibilidade decorre da estabilização econômica, que fez com que a inflação caísse de mais de 40% (quarenta por cento) ao mês, para menos de 1% (um por cento), inclusive com possibilidade de deflação.

Assim, em épocas passadas, multas de 30%, 60% ou 100% do valor do imposto, correspondiam a cerca de três meses de inflação, entretanto, nas atuais circunstâncias, representam o equivalente a vários anos do rendimento em Caderneta de Poupança.

Além disso, é injusta uma penalidade exacerbada quando no ato praticado pelo contribuinte não existe fraude, mas somente atraso no pagamento do tributo, que, via de regra, ocorre por problemas de caráter financeiro, ou

utilização indevida de crédito, visto a dificuldade que tem o contribuinte em saber se pode ou não utilizar um crédito em virtude da complexidade da legislação.

Deste modo, apesar do intuito de diminuir as multas, o projeto ainda apresenta percentuais extremamente elevados, que devem ser reduzidos, colocando o Paraná à frente no Brasil ao conceder um tratamento mais justo aos seus contribuintes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO ANTEPROJETO DE LEI 446/96

O Projeto de Lei 446/96, que implementa no Estado a Lei Complementar no. 87/96 e que substituirá a Lei Orgânica do ICMS vigente, retoma a esta C.C.J. em virtude da apresentação de emendas em Plenário.

Esta relatoria manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei na forma do substitutivo geral, Emenda n. 01, o qual resultou de amplas negociações políticas e do atendimento às reivindicações das entidades representativas dos diversos segmentos econômicos do Paraná, a saber: Federação das Indústrias, Associação Comercial, Federação da Agricultura, Federação do Comércio, Federação do Comércio Varejista, Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas, Federação das Empresas de Transporte de Cargas e OCEPAR.

O substitutivo em apreço, pelas alterações introduzidas ao anteprojeto de lei inicialmente encaminhado a esta Casa pelo Governo do Estado, promoverá uma maior justiça fiscal conforme medidas a seguir arroladas:

- Exclusão dos acréscimos financeiros nas vendas a prazo - inciso III, parágrafo 2o. do Art. 6o.;

- Utilização de saldos credores para pagamento do ICMS relativo à importação de mercadorias por portos e aeroportos paranaenses - parágrafo 8o. do art. 25;

- Não incidência do ICMS sobre os serviços prestados pelo rádio e pela televisão, ainda que iniciados no exterior, exceto de serviço especial de televisão por assinatura - inciso X do art. 4o.;

- Manutenção dos créditos dos insumos utilizados na produção de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos - parágrafo 2o. do art. 29;

- Redução da alíquota do álcool hidratado de 25% para 17%, inciso IV, art. 14;

- Redução da alíquota dos fios e tecidos de seda produzidos por estabelecimento industrial - fabricante situado neste Estado, de 17% para 7% - alínea "d" do inciso III do art. 14;

- Manutenção dos artigos de pirotecnia e jogos de salão com alíquota de 17% - retiradas as antigas alíneas "c" e "d" do inciso I do art. 14;

- Aumento do percentual de redução das multas - art. 40;

- Diminuição dos percentuais das penalidades - art. 55;

- Supressão do parágrafo 2o. do art. 47, que previa a requisição de força policial pelo fisco, uma vez que representava um desnecessário constrangimento aos contribuintes.

Preliminarmente, e a guisa de esclarecimento, impõe ressaltar que ao projeto de lei em exame foram apresentadas 38 emendas de Plenário, além de emenda avulsa encaminhada diretamente à presidência desta C.C.J., na data de ontem, sem registro de Plenário, subscrita pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti e outros.

1) As Emendas de no. 2 a 26 foram retiradas porque já contempladas no substitutivo geral do Plenário.

2) As Emendas nos. 27, 28, 29, 30, 31 e 32, deverão ser rejeitadas por inconstitucionalidade, conforme justificado a seguir:

EMENDA No. 27

Fere o disposto no § 2o. do art. 2o. e o inciso I do art. 12 da Lei Complementar no. 87/96 (Lei Kandir), editada nos exatos termos do inciso XII, § 2o. do art. 155 da Constituição Federal, cuja redação foi reproduzida "ipsis literis" no projeto de lei em exame, não possuindo o legislador estadual competência para dispor quanto a matéria que é reserva à lei complementar, de caráter nacional.

Por outro lado, a responsabilidade pelo pagamento do tributo é de quem promover a operação ou prestação, sendo que a transferência entre estabelecimentos dá saldo zero (o débito e um, compensa com o crédito do outro).

Portanto, por inconstitucional, deverá ser rejeitada.

EMENDAS Nos. 28 e 32

A Emenda fere o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 146 da Constituição Federal, uma vez que a base de cálculo do ICMS é matéria reservada à Lei Complementar editada recentemente sob no. 87/96 (Lei Kandir), que dispõe quanto à matéria no inciso I, § 1o. do art. 13, cujo texto é reproduzido, como não poderia deixar de ser, no projeto de lei.

Portanto, por inconstitucional, deverá ser rejeitada.

EMENDAS No. 29 e 31

Os casos de incidência e não-incidência do ICMS estão previstos no art. 155 da Constituição Federal, que remete à Lei Complementar competência para estabelecer outras hipóteses de não incidência, conforme alínea "e" do inciso XII do parágrafo 2o. do art. 155 CF, refugindo à competência dos Estados legislar a respeito da matéria.

EMENDA No. 30

Fere o disposto na alínea "c" do inciso XII do parágrafo 2o. do art. 155 da Constituição Federal e os artigos 23, parágrafo único e 33 da Lei Complementar no. 87/96, editada nos exatos termos do inciso XII, § 2o. do art. 155 da Constituição Federal.

Portanto, por inconstitucional, deverá ser rejeitada.

3) As Emendas nos. 33, 34, 35, 36, 37 e 38 ficam prejudicadas porque já foram contempladas no substitutivo geral, conforme esclarecido a seguir:

EMENDA No. 33

Já está contemplado na alínea "I" do inciso II do art. 14, do Anteprojeto de Lei e do Substitutivo Geral.

EMENDAS Nos. 34 e 38

Parcialmente contempladas no projeto de lei que apresenta as multas escalonadas proporcionalmente a gravidade da infração cometida e, observado o mesmo princípio, o Substitutivo Geral reduziu-as dentro do limite mínimo necessário a preservar a função preventiva da penalidade tributária que, ao contrário das multas privadas, tem por escopo precípuo salvaguardar o interesse público. Desta forma coíbe-se a sonegação e o pagamento do tributo extemporaneamente, garantindo-se a arrecadação estimada que é o suporte para as despesas e investimentos do Estado.

Maior redução importaria em desvirtuar as funções preventivas e repressivas das multas tributárias estimulando a prática do ilícito fiscal.

As emendas em análise, portanto, foram parcialmente recepcionadas no Substitutivo Geral.

EMENDAS Nos. 35, 36 e 37

Já estão contempladas no Substitutivo Geral (Emenda no. 01) no artigo 40, art. 55, parágrafo 1o., incisos II e I, respectivamente.

4) Emenda avulsa sem registro de Plenário.

Tal emenda deverá ser rejeitada porque não apresentada na forma regimental, muito embora, mesmo que o fosse, seria inconstitucional, pois os casos de incidência e não-incidência do ICMS estão previstos no art. 155 da Constituição Federal, que remete à Lei Complementar competência para estabelecer outras hipóteses de não-incidência, conforme alínea "e" do inciso XII do parágrafo 2o. do art. 155 CF, refugindo à competência dos Estados legislar a respeito da matéria.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 13.11.96

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

Apolamento: Carlos Simões, Walnor Trentini, Valdir Rossoni, José Maria Ferreira, César Seleme, Irondi Pugliesi, Basílio Zanusso, Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está na fase de votação. Há Substitutivo Geral e Requerimento do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, requerendo preferência para a votação do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei no. 446/96, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

A Mesa alerta aos Senhores Deputados que irá à votação o Substitutivo Geral.

As Emendas que têm parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, serão rejeitadas.

Em discussão.

Em votação.

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Quero deixar só uma posição, Senhor Presidente, até porque eu tinha uma Emenda.

Nesta questão do ICMS, o projeto em votação, atemos uma redução drástica do ICMS sobre álcool, de 25% para 17%, me parece. Bom, todos os estudos mostram, por exemplo, que se está pagando esse imposto, há uma queda de arrecadação no Estado. Qual o argumento que baixando o imposto, conseqüentemente vai se pagar mais, portanto, vai se sonegar menos.

Só quero deixar aqui registrado, Deputado Rossoni e Deputado Algaci - inclusive que fazem parte das Bancadas de apoio ao Governo - particularmente vou procurar acompanhar isso no curso dos meses, sabendo da Secretaria de Finanças se houve realmente aumento de arrecadação, em razão da maior contribuição do setor, porque se for para baixar o imposto e continuar a sonegação, o Paraná está perdendo.

Se não existir uma recuperação, Deputado Algaci Túlio, estarei aqui sistematicamente pedindo informações para podermos saber. E, no instante em que percebermos que não adiantou nada a demonstração de entendimento aqui desta Casa e do Governo, nada nos impede que uma Emenda nesta lei votada agora, eleve novamente a alíquota do imposto sobre o álcool.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, acabamos de votar o Requerimento que coloca a prevalência do Substitutivo. Então, a nossa postura, da Bancada dos Trabalhadores, é de que deveríamos aprovar o projeto original, porque o espírito do projeto original atendia uma série de anseios, inclusive que temos expectativa com relação aos tributos cobrados no Paraná.

Se analisarmos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Orçamento, a Mensagem Orçamentária que está nesta aí - isto é muito importante para os Senhores Deputados terem conhecimento, especialmente os Deputados da Bancada Governista - que ano após ano, desde 1987, o retorno, a arrecadação de ICMS do Paraná tem caído. E hoje estamos compensando isto no orçamento, com a entrada de financiamentos externos, e com a venda de imóveis com privatização, com alienação de bens, enfim, se você computar a arrecadação de ICMS, temos, desde 1987, uma queda de aproximadamente 30% dos 100% do Orçamento. Isso é importante sabermos.

Se continuarmos numa progressiva isenção, achando que com isso vamos promover empregos e tudo o mais, se por um lado, podemos até promover emprego, por outro lado, saúde, educação, segurança, serviço público de qualidade, também acaba. Então, temos que tomar muito cuidado.

Nossa Bancada tem uma postura contrária ao Substitutivo, porque acaba privilegiando setores que são devedores em potencial ao Governo do Estado, e nesta hora falamos como preservadores do Estado do Paraná. A nossa postura é contrária ao Substitutivo e portanto, contrária também a aprovação desse Requerimento que prevalece o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Substitutivo Geral. Prejudicadas as Emendas.

ITEM 02

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 458/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem no. 088/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 8.380.000,00 (oito milhões, trezentos e oitenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial da Política Habitacional, visando atender a produção de habitações pelo programa Pró-Moradia, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 018/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem no. 023/95, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a João Marco Nicaretta, Lote no. 55, do imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 171,0549 ha. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Em votação.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, faço esta questão de ordem como Presidente da Comissão de Agricultura. Os itens 3, 4, 5, 6, 7 e 8 da Pauta, diz respeito a projetos autorizatórios para alienação de imóveis que são, na verdade, fruto de discriminatória e administrativa do Estado em áreas devolutas.

Gostaria de pedir a Vossa Excelência que remetesse todos esses projetos para a Comissão de Agricultura para análise e parecer. Baseado no artigo 33 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Parágrafo 6o. do Regimento Interno, Artigo 93, diz o seguinte: "É lícito ao Presidente de ofício ou o Requerimento do Deputado com recurso para o Plenário retirar da pauta proposição que necessita parecer de outra Comissão, esteja em desacordo exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão da Ordem do Dia."

A Mesa retire os projetos, procede a questão de ordem, mas submete a sua decisão ao Plenário.

Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa de retirar e encaminhar...

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, esta Liderança também concorda, evidentemente, com a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto retorna a Comissão de Agricultura.

Foram todos Os projetos requeridos pelo Deputado Augustinho Zucchi.

ITEM 04

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 019/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem no. 022/95, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Ailson Nahm, o Lote no. 160, da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 86,3094 ha. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. O projeto retorna à Comissão de Agricultura.**

ITEM 05

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 020/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem no. 004/95, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Moacir Poletti, José Maria Ferreira, Graclano Mitsuo Yagura e Luiz Carlos Strozzi, Lote no. 86, do imóvel Cascata, com área especificada, situado no Município de Pitanga. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. O projeto retorna à Comissão de Agricultura.**

ITEM 06

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 021/96, de autoria da Comissão de Constituição e

Justiça - Mensagem no. 005/96, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a João Negrelli e Victor Negrelli, o Lote no. 04, do imóvel Barra Grande, situado no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. O projeto retorna à Comissão de Agricultura.

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 021/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote no. 4 do imóvel Barra Grande, situado no Município de Curitiba, a João Vilson Negrelli e Victor Negrelli.

Art. 2o. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO No. 15/96

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental no. 005/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a João Vilson Negrelli e Victor Negrelli o lote no. 4 do imóvel Barra Grande, situado no Município de Curitiba.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 07

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 022/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem no. 006/96, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Eloiur Eurick, o Lote no. 09, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, com área de 119,7923 ha., situado no Município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. O projeto retorna à Comissão de Agricultura.

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 022/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote no. 9, da Gleba 15, do imóvel da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, a Eloiur Eurick.

Art. 2o. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO No. 16/96

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental no. 006/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Eloiur Eurick o lote no. 09, da Gleba 15 da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 08

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 023/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem no. 036/95, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Ednilson Ribeiro Portugal, lote no. 06, do imóvel Corumbataí, situado no Município de Pitanga, com área de 112,5492 ha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. O projeto retorna à Comissão de Agricultura.

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 021/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar a Ednilson Ribeiro Portugal, o lote no. 06, do imóvel Corumbataí, situado no Município de Pitanga, com área de 112,5492 ha.

Art. 2o. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(aa) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO No. 17/96

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental no. 036/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Ednilson Ribeiro Portugal, o lote no. 6 do imóvel Corumbataí, situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 09

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 046/96, de autoria da Comissão Executiva, que acrescenta parágrafo e incisos ao art. 11 da Resolução no. 052/89 de 21 de novembro de 1989. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 167, de 11.11.96).**

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 46/96

Relatório

O projeto de resolução em tela, de autoria da douta Comissão Executiva, tem por objetivo acrescentar parágrafo e incisos ao art. 11, da Resolução no. 52/89, de 21 de novembro de 1989.

Fundamentação

Chamada a opinar, como manda o inciso I, do parágrafo 1o. do artigo 33, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, esta Comissão entende que a presente proposição tem por objetivo disciplinar carreira funcional do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa e procurando, com isso, reduzir os custos com o Pessoal.

Conclusão

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.11.96

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa. Requerimentos nos. 1378-A, 1379-A, 1380-A e 1381-A, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1382-A, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nos. 1383-A, 1384-A, 1385-A, 1386-A e 1404 a 1409, de autoria do Senhor

Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1387-C, de autoria do Senhor Deputado Dúlio Genari, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1388, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1389, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1390, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

Requerimento no. 1391, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento no. 1392, e autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1393, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme o solicitado à Secretaria competente.**

Requerimentos de nos. 1394 e 1424, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nos. 1395 e 1418, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nos. 1396 e 1410, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1398, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nos. 1402, 1403 e 1414, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1411, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1413, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa. Legislativa.**

Requerimento no. 1416, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do

expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.
Requerimento no. 1417, de autoria do
Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do
expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1426, de autoria do
Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do
expediente. Em votação.

**UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para
discutir, Senhor Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a
discussão para a próxima sessão, na forma
do Art. 155 do Regimento Interno.**

Requerimento no. 1419, e autoria do
Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do
expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1422, de autoria do
Senhor Deputado Durval Amaral, constante do 2a,
expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1425, de autoria dos
Senhores Deputados Geraldo Cartário, Orlando
Pessuti e Luiz Carlos Martins, constante do
expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1386, de autoria do
Senhor Deputado Caio Quintana, constante do
expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nos. 1381 e 1382, de
autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha,
constantes do expediente de sessão anterior.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1383, de autoria do
Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do
expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Requerimentos nos. 1385 e 1387, de
autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha,
constantes do expediente de sessão anterior.
Retirado pelo autor.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar) -
Senhor Presidente, em nome da Bancada
do Partido dos Trabalhadores, quero comunicar à
Casa: primeiro, que há um entendimento nosso**

que todo o pedido de informação é um instrumento
dado aos Deputados e a qualquer cidadão, de
saber o que está acontecendo na história pública.
Que a pedido dos Deputados que compõem a
Bancada do Partido dos Trabalhadores, a
Assessoria Jurídica da Liderança do PT, vai entrar
com ação na justiça para requerer as informações.

Quero dizer que nós morremos, mas
combatendo.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais
havendo a tratar, declaro encerrada a
presente sessão, marcando uma Sessão
Extraordinária para logo após, com a seguinte**

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 446/96.

**2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução
no. 046/96.**

**1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no.
008/96.**

E marca ainda uma Sessão Ordinária para
quinta-feira, dia 14, às 10:00 horas, com a
seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

**2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei
Complementar no. 432/96.**

**3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no.
08/96.**

**1a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nos. 187,
295, 438 e 459/96.**

Levanta-se a sessão.